



RECENSÃO

*Teoria das Relações Internacionais:
Textos Clássicos,*
de Carlos Gaspar (coord.),
por Luís Lobo-Fernandes

Análise Social, LVI (3.º), 2021 (n.º 240), pp. 612-615

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2021240.11>

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2021240.11>



GASPAR, Carlos (coord.)

Teoria das Relações Internacionais: Textos Clássicos,
Lisboa, Livros Horizonte, 2021, 327 pp.

ISBN 9789722419895

Luís Lobo-Fernandes

A área científica das Relações Internacionais é marcada por uma grande amplitude de problemáticas, onde o exercício de sistematização é especialmente árduo dada a grande diversidade de variáveis, quer no plano interno, quer no plano externo aos Estados. O estudo sistemático das dinâmicas internacionais exige, pois, um conhecimento aprofundado dos dilemas, princípios, conceitos, e teorias que distinguem esta área enquanto domínio científico autónomo. Em particular, a *organização* da aparente desordem e desconexão das dinâmicas internacionais é substancialmente melhorada através do conhecimento dos modelos teóricos, que lhes conferem significado, ligação e maior coerência interna. Por sua vez, distinguir os vários níveis de análise – ou *níveis de causalidade* –, analisar a natureza do poder nas relações internacionais, bem como aplicar e operacionalizar criticamente as várias perspectivas de inteligência da realidade internacional, propiciará patamares de compreensão superiores. Tal permitirá a interpretação mais apurada das problemáticas. Ora, nesse exercício, o “diálogo” com os autores de referência a partir das suas obras originais afigura-se fundamental. É neste plano que a obra *Teoria das*

Relações Internacionais: Textos Clássicos, com coordenação de Carlos Gaspar (2021), adquire uma importância ímpar, constituindo um contributo imprescindível de um dos autores de referência deste domínio do conhecimento no nosso país.

A questão de *como* estudar Relações Internacionais envolve genericamente o mesmo debate epistemológico que se pode verificar no conjunto das Ciências Humanas e Sociais. No caso vertente centra-se nos métodos que devemos usar na investigação dos fenómenos políticos. A Escola clássica inclui o método descritivo-histórico tão familiar da riquíssima e vasta literatura das Humanidades, assente sobretudo numa estratégia dedutiva, com um enfoque qualitativo. Neste plano, as teorias e a sua lógica interna ilustram o uso da dedução para gerar hipóteses (deduzir implica justamente “extrair” um argumento ou proposição de um sistema de racionalidade - ou seja, de um arquétipo teórico - e ponderar as suas conclusões lógicas perante casos particulares). Porém, o exigente estudo dos complexos eventos internacionais não permite que apartemos qualquer das configurações metodológicas e de investigação. Referimo-nos especificamente ao método indutivo que se funda

na experiência como fonte do conhecimento, privilegiando em grande medida o manuseamento de dados quantitativos. A estratégia indutiva assenta na observação e na construção de hipóteses a partir de casos particulares que permitirão eventualmente produzir generalizações. Reflecte, por outro lado, uma “admiração” pelos métodos usados nas chamadas ciências experimentais conferindo grande importância à própria configuração da investigação, e aspira, tanto quanto possível, à *medição* dos fenómenos utilizando preferencialmente recursos quantitativos e métodos estatísticos. Certos aspectos das estratégias indutivas e quantitativas podem ser referenciados já em Tucídides, no próprio Platão, e em Aristóteles, e mais tarde no Iluminismo, com Hermann Conring. Diríamos, não obstante, que afortunadamente para as Ciências Sociais – e também para crédito dos cientistas políticos – esta diferenciação está em grande medida resolvida. Ao invés de serem consideradas mutuamente exclusivas, as duas metodologias são hoje geralmente tidas como complementares.

E é, também, nesta medida que o trabalho de C. Gaspar se revela especialmente importante. Nele, dá-se expressão criteriosa ao pluralismo teórico e metodológico desta área científica como evidência das várias perspectivas epistemológicas do sistema internacional que cumpre considerar no exercício analítico, contemplando a multiplicação dos tipos de relações e dinâmicas que daí advêm. A sua escolha recai numa “arrumação” de grandes autores seguindo, nas suas

próprias palavras, o *ethos* e os programas de investigação do que considera serem as principais escolas da teoria das Relações Internacionais: Teorias Realistas, Teorias Liberais e Teorias Sistémicas. Destacam-se, entre os contributos fundamentais que seleccionou, Carr, Morgenthau e Aron nos realistas clássicos (sendo que o grande tratado de Aron, como observa apropriadamente C. Gaspar, é a “excepção absoluta” ao domínio anglo-saxónico nesta disciplina científica); Wight, Bull, e Keohane & Nye nos enfoques de recorte liberal; e, Waltz, Wendt e Walzer nas construções sistémicas. O assinalável pluralismo teórico do campo das Relações Internacionais – senão mesmo alguma “fragmentação” – não invalida a ambição de produzir uma teoria geral das relações internacionais que não está – diga-se – totalmente ausente do panorama da disciplina, encontrando-se porventura a teoria sistémica de Kenneth N. Waltz (1979), designada de “realismo estrutural”, mais próxima desse desiderato, pois articula um conjunto de proposições muito simples e “eficazes” sobre os mecanismos essenciais de funcionamento do plano *internacional* propriamente dito. Mas, o autor do livro apresenta igualmente uma preciosa introdução às teorias das Relações Internacionais (pp. 13-33) que merece uma leitura mais atenta do público especializado e dos investigadores, contribuindo para o valor indiscutível desta publicação.

Como é reconhecido, os tratados de Vestefália de 1648 assinados entre as principais potências europeias marcaram

a emergência de um *novo* sistema, definido fundamentalmente pela *balança de poder* entre os Estados, pelas variações nessa balança de poder e, também, pelo “consenso internacional” entretanto gerado, que assentou no reconhecimento mútuo das soberanias. Muitos especialistas localizam precisamente a gênese do sistema moderno de Estados nas noções de territorialidade e de centralização do poder. Ganha, assim, nitidez, uma maior atomização da arena externa redefinida a partir de então pelo conceito fundamental de *anarquia internacional*, uma noção que indica a ausência de uma entidade (ou autoridade superior) que se possa sobrepor à soberania dos Estados. A paz em tais condições é tendencialmente precária e dependente da manutenção da balança de poder. O sistema internacional configura-se, assim, como um *meio de poder* por excelência, sendo essa condição geral provavelmente o principal elemento da própria autonomia disciplinar, consagrando um sistema internacional singularmente plasmado na imagem de *paz armada*. Naturalmente que o estudo científico das relações internacionais se centrou em grande medida no esforço de racionalização das dinâmicas de poder e nas hipóteses de trabalho associadas ao sistema vestefaliano, ou seja, ao moderno sistema de Estados, procurando abarcar e explorar a natureza fundamental da sua acção e respectivo comportamento no jogo de poder internacional. Daí que, originariamente, o próprio termo *relações internacionais* explicita sobretudo o campo do relacionamento interestadual ou intergovernamental, o mesmo seria

dizer o espaço das relações formais entre Estados. Em rigor, o termo *internacional*¹ emerge no período em que os Estados marcavam de modo quase absoluto a arena das relações externas.

Contudo, nas últimas décadas, a implosão da União Soviética, os efeitos sistémicos multicontinentais da globalização, a emergência de actores transnacionais, o advento de formas de guerra assimétrica, os novos *papéis* das Nações Unidas – que lhe conferiram maior visibilidade na defesa dos direitos humanos –, entre outras macrotendências significativas, onde a expansão da China assume já lugar cimeiro, confrontou o domínio teórico das Relações Internacionais com novos desafios teóricos e metodológicos. Tal premência adensou-se pela metamorfose, ainda que parcial, do próprio sistema vestefaliano, pelo que o desafio metodológico e as novas agendas de investigação apontam hodiernamente para a necessidade crescente de incorporar o variado espectro de dinâmicas e problemas *horizontais* (sociais, identitários, ambientais, energéticos, bem como a maior probabilidade de pandemias) – que se somam às dinâmicas verticais entre Estados – na exploração dos factores de mudança internacional.

Neste sentido, as escolhas apuradas de C. Gaspar não esgotam – nem poderiam esgotar – o amplo conjunto de

1 Segundo Suganami (1978), é atribuída a Jeremy Bentham a primeira referência expressa ao termo *internacional*, no ano de 1780.

abordagens deste domínio do conhecimento. Na verdade, o autor explicita a possibilidade de outros ângulos de análise, tendo em conta a vastidão das problemáticas internacionais. Assinalaria, não obstante, como nota mais relevante, que a inclusão do grande Tucídides e a sua perene originalidade, responsável pela descoberta do *nexo* e de um *método* das relações interestaduais, afigurar-se-ia fundamental nesta compilação de *Textos Clássicos*.

Diríamos, por último, que a tentativa de “cartografar” num esforço de procura consistente o *core* científico das Relações Internacionais, suscita desde já a necessidade de um 2.º volume, que pudesse integrar Arnold Wolfers e a sua obra *Discord and Collaboration: Essays on International Politics* (igualmente um clássico), Robert Jervis e a inovadora concepção psicológica das relações internacionais, Wallerstein e a sua modelação do “sistema-mundo”, a teoria crítica de Robert W. Cox, Robert Gilpin com dois contributos fundamentais: a “teoria da estabilidade hegemónica” – correlacionando Estados e mercados no sistema internacional –, e *War and Change in*

World Politics que explora as “transições hegemónicas”, Graham Allison e o trabalho pioneiro sobre a decisão em política externa e a dissuasão nuclear, ou ainda Stephen Krasner que revisita de forma especialmente lúcida a noção de *soberania*. Do mesmo modo, referiria as novas incursões no âmbito das “teorias sociais” que expandem de forma considerável este domínio do conhecimento, onde se destacam a “teoria feminista das Relações Internacionais”, o enunciado do “pós-colonialismo” ou a chamada “Green Theory”. Mas, esta alusão final só evidencia e alarga a importância da área científica e, consequentemente, desta obra de Carlos Gaspar na descodificação da actual conjuntura internacional, em boa hora dada à estampa pelos Livros Horizonte. A não perder.

LOBO-FERNANDES, L. (2021), *Recensão “Teoria das Relações Internacionais: Textos Clássicos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2021”. *Análise Social*, 240, LVI (3.º), pp. 612-615.

Luís Lobo-Fernandes » luisflobof@gmail.com » Professor Aposentado, Universidade do Minho » Campus de Gualtar, R. da Universidade, 4710-057 Braga, Portugal
